

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.918 - RS (2019/0030945-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS SILVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : VINICIUS SCHNEIDER ROLIM - RS055152
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS SILVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 0338254-32.2018.8.21.7000).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso preventivamente pela prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 164):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGAÇÕES DE NULIDADE. NÃO CONHECIMENTO. LEGALIDADE DA CUSTÓDIA QUE VAI RECONHECIDA. 1. Alegações relativas as irregularidades no procedimento investigatório que deverão ser arguidas em sede de instrução criminal, inadequada sua análise através da presente via estreita. 2. Legalidade da custódia demonstrada. Paciente reincidente específico, que é indicado como membro de ampla associação voltada ao tráfico de drogas, possuindo passagem pela chefia do grupo. IMPETRAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA. ORDEM DENEGADA.

Neste recurso ordinário, sustenta a defesa, em síntese, que não estariam presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar.

Aduz que, "*de acordo com que se extrai dos autos, a droga não foi apreendida com o recorrente, e sim com outros réus presos em flagrantes na cidade de Rio Pardo - RS, réus estes com ordem concedida em julgamento de Habeas Corpus no TJ do Rio Grande do Sul, no dia 12 de Dezembro de 2018*" (e-STJ fl. 18/3).

Assere, nesse sentido, que "*não há registros de que o recorrente tenha*

intenção de evadir-se do distrito da culpa ou de perturbar o trâmite processual, vez que é hipossuficiente e, até sua prisão, morava em companhia da sua mãe que necessita de cuidados médicos especiais (conforme documentos acostados) e também tem residência fixa com endereço certo" (e-STJ fl. 183).

Pondera, ainda, que "o recorrente apesar de não ser primário tem residência fixa, companheira em união estável, e 2 filhos menores desta união (documentos inclusos), fato que mitiga a compreensão de risco à ordem pública formado pelo Juízo" (e-STJ fl. 186).

Requer, inclusive liminarmente, o provimento do recurso a fim de se expedir alvará de soltura em benefício do recorrente.

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, consoante consta dos autos, a decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente teria assim consignado (e-STJ fls. 142/145):

No relatório de investigação da denominada Operação Faxina, enviado pela Delegacia de Polícia de Rio Pardo (fls. 08/120), é possível verificar, pelos diálogos interceptados e fotografias juntados às fls. que há indícios de que ODAIR JOSÉ DELABONA DA SILVA, RODRIGO ROCHA DO AMARAL, LEONEL VÍTOR ROSA ALENCAR, CLERES BARROSO ROCHA DO AMARAL, LEONARDO DE ASSIS RODRIGUES, MARA LECIANA BEHLING, SILVIO LEMES DE SÁ, MARIA SUZANA MAIA, CARLOS MIGUEL PIRES SILVEIRA, CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS SILVEIRA, EDENILSON DE FREITAS SILVEIRA, CRISTIANO DA SILVA SOUTO e DIOGO MASSULO estariam dedicando-se, de forma conjunta, ao tráfico.

[...]

Ainda, segundo o relatório da investigação, com o monitoramento das linhas interceptadas, foi possível apurar que CLERES BARROSO ROCHA DO AMARAL, ex-esposa de RODRIGO, é responsável pela Boate "Morena Rosa" onde realiza tráfico de drogas no local e presta apoio a ODAIR, MARA e RODRIGO, conforme pode-se

*aferir das telas de celular com mensagens captadas de fls.68-verso/70 e conversas interceptadas de fls.16-verso/17. Da mesma forma, foi possível identificar LEONARDO DE ASSIS RODRIGUES como empregado direto de ODAIR, responsável por guardar drogas e movimentar as mesmas entre um esconderijo na localidade de Mutirão do Camargo e a casa de ODAIR, conforme conversar interceptadas (fls. 16 verso), bem como EDENILSON DE FREITAS SILVEIRA, vulgo Dinossauro, que guarda e entrega drogas para MARA, principalmente no período de internação de ODAIR, conforme se verifica das telas de celular com mensagens captadas às fls. 59, **CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS SILVEIRA, vulgo Compadre, que entrega entorpecentes, mantendo contato direto com ODAIR, RODRIGO e MARA (telas de celular com mensagens captadas de fls.62verso/63) e CARLOS MIGUEL PIRES SILVEIRA que comercializa drogas em sua residência no Beco da Rua Gen. Osório, entregando dinheiro a RODRIGO e recebendo drogas de MARA, o que se verifica conforme diversas telas de celular com mensagens captada, inclusive com fotografias de entorpecentes (fls. 47/53).***

[...]

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS SILVEIRA apresenta as seguintes condenações criminais com trânsito em julgado (fls. 135/136):

- a) processo nº 026/2.14.0001686-0 - art. 33 da Lei 11.343/06 - trânsito em julgado em 09.07.2015;*
- b) processo nº 026/2.15.0001457-6 - art. 12 da Lei 10826/03 - trânsito em julgado em 18.09.2017.*

Logo, para garantia da ordem pública, pois o risco de reiteração delitiva mostra-se evidente, ante a natureza comum entre o crime cometido e os que se pretende evitar, depreende-se, concretamente, que, no caso de não serem presos preventivamente, irão os Indiciados repetir atos delitivos desta espécie. (Grifei.)

Tais circunstâncias, a meu ver, justificam, ao menos neste juízo de prelibação, a manutenção da prisão cautelar pelo fundado receio de reiteração delitiva.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

